

**ATA DA 126ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA  
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE,  
REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2017**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME, sala 555, 5º andar, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE: RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS, Presidente do Conselho; SÉRGIO ALONSO DA COSTA e SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO. Por videoconferência, no Escritório Central da EPE, situado na Avenida Rio Branco, número um, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, participaram da reunião, como convidados: o Superintendente de Recursos Financeiros PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA, o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO, a Analista MARIANA GONÇALVES DE AZEVEDO PACHECO e o Auditor Interno CARLOS ALVES DE SOUZA. A reunião foi secretariada, no Rio de Janeiro, por mim, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, Secretária-Geral.

**ABERTURA.** O Presidente do Conselho RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião.

**VERIFICAÇÃO DE QUORUM.** Diante da presença da maioria absoluta dos Conselheiros, restou configurado o atendimento do *quorum* estatutário para deliberações.

**APRESENTAÇÃO.**

A reunião começou com a aprovação da ata da 125ª Reunião do Conselho Fiscal. Em seguida, foi apresentada a tabela com o andamento das solicitações do Conselho. Em atendimento ao solicitado pelo Presidente do Conselho, na reunião passada, a Secretária-Geral elaborou o Guia de Orientação dos Conselheiros Fiscais e encaminhou por meio eletrônico, em 20 de setembro de 2017, para conhecimento. O Guia de Orientação dos Conselheiros Fiscais foi elaborado na intenção de orientar os Conselheiros quanto às recentes alterações inseridas na organização da EPE advindas da necessidade de atender à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, às Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) e às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que foram consolidadas no novo Estatuto Social da Empresa. Sobre a análise pela CONJUR/EPE sobre as repercussões do Dec. 9.144, de 22 de agosto de 2017, que



dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta seja parte, sobre os motivos do cadastro da EPE no CADIN pela Petrobras, foi apresentada manifestação da Consultora Jurídica sobre o tema. Nesse momento, a Consultora Jurídica substituta CRISTINA MARIA VASCONCELOS FALCÃO foi convidada a participar da reunião, para apresentar a matéria e dirimir dúvidas sobre o assunto. Após a apresentação, o Conselho considerou esclarecidas as questões.

A reunião continuou com a distribuição das cópias das atas das reuniões 123ª e 124ª do Conselho Fiscal, da 154ª, do Conselho de Administração; e das 424ª a 427ª, da Diretoria Executiva.

Em continuação ao relato realizado na reunião passada sobre a avaliação do assunto relativo à escrituração fiscal e societária do AFAC, que a EPE está realizando em conjunto com a Coordenação-Geral de Participações Societárias da Secretaria do Tesouro Nacional (COPAR/STN/MF), o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO relatou reunião havida, em 28 de agosto p.p., entre a Superintendência de Recursos Financeiros da Diretoria de Gestão Corporativa da EPE e a Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR/STN/MF). Nessa reunião, a COPAR concordou com a proposta de criação de uma reserva especial de lucros a ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras de 2017, relativamente aos dividendos apurados por ocasião dos ajustes realizados na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) de 2011. Com relação aos dividendos de 2016, a COPAR manifestou-se contrária à mesma solução, em função do custo envolvido de organização e realização de uma nova AGE, e sugeriu o cumprimento da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, qual seja: o recolhimento até 31 de dezembro de 2017.

Prosseguiu-se, então, com a verificação das certidões: Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa no município do Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos perante a Receita Estadual no Estado do Rio de Janeiro, Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no município do Rio de Janeiro, Comprovantes de Inscrição e da Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica em Brasília e no Rio de Janeiro, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Contribuinte do



ICMS no Estado do Rio de Janeiro e Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – DIF.

Em seguida, foi apresentado o extrato do CADIN, que apresenta a EPE inscrita no Cadastro de Inadimplentes pela Petrobras. Foi informado que, conforme recomendado pelo Conselho Fiscal, na reunião passada, a EPE solicitou reunião institucional com a Petrobras, mas, até o momento, não houve retorno dessa empresa. Em complementação, comunicou que, em continuidade à gestão da Empresa junto à Petrobras, notificou-se novamente com relação a não conformidade das cobranças efetuadas.

Diante da manutenção da inscrição no CADIN, o Conselho registra a necessidade da Administração envidar esforços no sentido de regularizar a situação fiscal.

Na sequência, foram apresentadas as tabelas de Licitações em andamento (sem pequeno vulto) e dos Contratos vigentes na EPE (sem pequeno vulto), ambas atualizadas em 31 de agosto de 2017.

A seguir, Superintendente de Recursos Financeiros PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA apresentou os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do Cartão Corporativo, com extratos de agosto de 2017, juntamente com as descrições dos itens adquiridos por meio de Cartão Corporativo, que ultrapassaram o valor de duzentos reais.

A exposição continuou com a apresentação da gestão de recursos econômico-financeiros, com posição em agosto de 2017, iniciando pelo Demonstrativo de Acompanhamento da Realização Orçamentária e a Tabela com a execução do orçamento até 31 de agosto de 2017, com relação aos estudos do PAC.

Deu-se prosseguimento com a apresentação do Demonstrativo da Evolução do Quadro de Pessoal, com a realização até agosto de 2017, do Demonstrativo da posição do Endividamento, das Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, em agosto de 2017, juntamente com as Notas Explicativas, apontando um prejuízo acumulado no exercício de 2017, até agosto, o valor de R\$ 4.405 mil. O resultado do período foi decorrente, principalmente, das despesas efetuadas e não pagas com recursos da conta única, em função da diferença entre a Programação Financeira e a efetividade dos recebimentos dos recursos.

Após, discutiu-se o Demonstrativo com a Comparação do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, no 3ª trimestre, até agosto de 2017, com o mesmo



período de 2016. Continuou-se com a apresentação dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional; dos Demonstrativos de Custos e Despesas Operacionais; dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras; e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro. Na sequência, foram apresentados os Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários; o Fluxo de Caixa do Exercício no 3º trimestre até agosto de 2017; Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar até agosto de 2017 e os Demonstrativos com a Composição da conta contábil “Despesas Financeiras”.

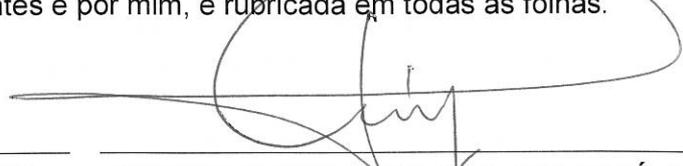
Os membros do Conselho Fiscal registraram a realização do Curso de Capacitação, em 12 de setembro próximo passado, em Brasília, conforme programado na última reunião; e ressaltaram a excelente qualidade do curso ministrado pelo Consultor Jurídico da EPE FABRINI MUNIZ GALO. A Secretária-Geral informou que a área de capacitação da EPE fará os certificados, que serão entregues aos conselheiros.

Ao final, o Presidente do Conselho Fiscal solicitou à Secretária-Geral que encaminhe cópia desta Ata de Reunião ao Conselho de Administração e à PGFN, na qualidade de representante da União, para conhecimento.

**ENCERRAMENTO.** Em seguida, às dezoito horas, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer Conselheiro manifestado desejo de fazer uso da palavra, o Presidente do Conselho RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS agradeceu a presença e a participação de todos e deu por encerrada a 126ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Assim, eu, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.



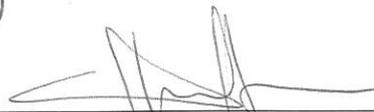
RICARDO A. SUASSUNA de MEDEIROS  
Presidente do Conselho



SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO  
Conselheira



SÉRGIO ALONSO DA COSTA  
Conselheiro



CLAUDIA MEIRELLES  
Secretária-Geral